

O PROGRAMA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE: UM ESTUDO A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE SERVIDORES ATUANTES NAS COMISSÕES DO PROGRAMA

THE STUDENT AID PROGRAM OF THE INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE: A STUDY FROM THE PERCEPTION OF SERVERS ACTING IN THE PROGRAM COMMITTEES

Daniela Thomas Rauber^I 

Viviane Grimm^{II} 

^I Instituto Federal Catarinense, IFC, Blumenau, SC, Brasil. Mestranda no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. E-mail: danitrauber@gmail.com

^{II} Instituto Federal Catarinense, IFC, Blumenau, SC, Brasil. Doutora em Educação. Professora no IFC. E-mail: viviane.grimm@ifc.edu.br

Resumo: Esta pesquisa tem como tema principal o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do Instituto Federal Catarinense (IFC), que faz parte da política de assistência estudantil desta instituição. O objetivo geral é analisar as dificuldades e os desafios enfrentados pelo PAE, a partir da percepção de servidores que atuam nas suas comissões. Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, sendo os dados coletados por meio de questionário *on-line* aplicado com servidores das comissões do PAE dos 15 *campi* do IFC. Como resultado, observou-se que as dificuldades apontadas pelos servidores dizem respeito sobretudo à escassez de recursos orçamentários, à interpretação do edital pelos estudantes, ao comprometimento dos servidores e a incompreensões sobre o programa e sobre o trabalho das comissões. Apesar das dificuldades que se apresentaram, observa-se que o engajamento dos servidores, bem como a promoção da sua capacitação é essencial no desenvolvimento do PAE e no processo de recontextualização da política de assistência estudantil no IFC.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Programa de Auxílios Estudantis. Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract: This research has as its main theme the Student Aid Program (PAE) of the Federal Institute of Santa Catarina (IFC), which is part of the student assistance policy of this institution. The main objective is to analyze the difficulties and challenges faced by the program, based on the perception of public servants who work in the PAE commissions. This is a case study, with a qualitative approach, and the data were collected through an online

DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v18i36.697>

Submissão: 01-11-2021

Aceite: 02-03-2022



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

survey applied with PAE commission employees from the 15 IFC campuses. As a result, it was observed that the difficulties pointed out by the public employees are mainly related to the scarcity of budgetary resources, the interpretation of the public notice by the students, the commitment of the employees and misunderstandings about the program and the work of the commissions. Despite the difficulties that arose, it is observed that the engagement of public employees, as well as the promotion of their training, is essential in the development of the PAE and in the re-contextualization process of the student assistance policy at IFC.

Keywords: Student assistance. Student Aid Program. Professional and Technological Education.

Introdução

A assistência estudantil foi instituída por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que regulamentou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O referido decreto foi promulgado em um contexto de expansão das universidades federais e da rede federal de educação profissional e tecnológica, bem como de ampliação de políticas educacionais, como o ENEM/SISU e a Lei 12.711 de 2012 (Lei de Cotas). Essas políticas ampliaram o acesso de estudantes de baixa renda à educação superior, consequentemente gerando a necessidade de mais investimentos na permanência desses estudantes.

As ações relativas à assistência estudantil no IFC são desenvolvidas em várias frentes (moradia estudantil, refeitório, jogos estudantis, auxílios estudantis, entre outros), dividindo-se em ações universais e do PAE, que beneficiam estudantes de diferentes níveis de ensino (médio técnico, superior e pós-graduação). No entanto, o foco desta pesquisa é o PAE, que tem como finalidade o incentivo ao acesso, permanência e êxito dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, visando à melhoria no desempenho escolar e à qualidade de vida desses cidadãos, em consonância com o Decreto que regulamenta o Pnaes (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2020).

Os auxílios estudantis do PAE são divididos em três categorias: auxílio-moradia, auxílio-permanência I e auxílio-permanência II. O auxílio-moradia é concedido aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica para auxiliar nas despesas com aluguel, por ocasião do ingresso no IFC. Os auxílio-permanência I e o auxílio-permanência II são destinados aos estudantes em *extrema* vulnerabilidade socioeconômica e aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, respectivamente. Os valores dos auxílios são: 10 parcelas de R\$ 400,00, para o auxílio-permanência

I; 10 parcelas de R\$ 200,00, para o auxílio-permanência II; e 12 parcelas de R\$ 300,00 para o auxílio-moradia (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2020).

Nos processos relacionados ao PAE, há uma diversidade de atores envolvidos, que participam no desenvolvimento do programa nos diversos *campi* do IFC e Reitoria: os editais do PAE são lançados pela Pró-reitoria de Ensino (PROEN) e são válidos para todos os *campi* do IFC; em cada *campus* há uma comissão constituída por uma equipe multidisciplinar, formada anualmente através de portaria e regulamentada pela Portaria Normativa nº 3 de 2019 - IFC. As comissões têm entre suas atribuições verificar a documentação apresentada pelos candidatos e fazer o acompanhamento dos estudantes atendidos pelo programa.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica sobre a assistência estudantil no ensino médio integrado. Aqui, buscou-se discutir a assistência estudantil a partir da percepção dos servidores que atuam nas comissões do PAE nos 15 *campi* do IFC. Mais especificamente, foram analisados as dificuldades e os desafios enfrentados pelo programa, o fluxo de trabalho dessas comissões e sua composição, a atuação na divulgação dos editais e as estratégias de comunicação com os estudantes.

A política de assistência estudantil e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

A política de assistência estudantil está inserida nas políticas sociais que, para Höfling (2001), determinam o padrão de amparo social realizado pelo Estado a partir de suas ações que, em geral, são de redistribuição de valores monetários, visando à diminuição das desigualdades estruturais determinadas pelo desenvolvimento socioeconômico. A operacionalização das políticas educacionais, dentre elas a da política de assistência estudantil, é perpassada por questões estruturais que, historicamente, são conduzidas pelos interesses do capitalismo (NASCIMENTO, 2012). Assim, embora haja dominação do capital, e apesar de a assistência estudantil não resolver problemas estruturais, ela pode ser entendida também como um amparo no caminho da luta contra-hegemônica.

A história da assistência estudantil no Brasil pode ser dividida em três fases distintas, como propõe Kowalski (2012). No início da primeira fase, observa-se que a assistência estudantil surge voltada para o atendimento das classes mais altas da sociedade, pois apenas a elite conseguia manter seus filhos na Universidade. Em 1928, houve a implantação da casa do estudante em Paris, que recebia auxílio do governo brasileiro para manutenção e sustento dos estudantes e era destinada a atender os filhos da elite brasileira que estudavam na França (KOWALSKI, 2012; DUTRA; SANTOS, 2017).

Continuando os fatos históricos da primeira fase, Kowalski (2012) observa que, na década de 1930, tem-se a homologação de dois importantes decretos para a educação superior no Brasil: o decreto nº 19850/1931, que dispôs sobre a criação do Conselho Nacional de Educação, e o decreto nº 19851/1931, que abordava o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras.

A partir desses decretos, inicia-se a possibilidade de normatização da assistência estudantil. Na sequência, em 1934, a Constituição Federal, em seu artigo 157, previu que parte dos fundos destinados à educação se aplicariam “em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934, *on-line*). Nesse contexto, a educação foi regulamentada pelo Estado, passando a ser reconhecida como direito para todos os cidadãos brasileiros (SILVA, 2019).

Em 1937, tem-se a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), organização nacional de representação estudantil que teve ampla participação na luta pela implantação de uma política de assistência estudantil. Em 1946, é promulgada outra Constituição Federal, que, em seu art. 172, determinava que fosse assegurada, através da assistência educacional, a possibilidade de eficiência escolar aos alunos “necessitados” (BRASIL, 1946, *on-line*). Em 1961, foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que determinava a assistência social como um direito dos estudantes. Na década seguinte, em 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante, com destaque para programas como alimentação e moradia, tendo sido extinto nos governos posteriores (KOWALSKI, 2012). A primeira fase da assistência estudantil é marcada pela descontinuidade e, principalmente, por ações que, por sua vez, atendiam a um público elitizado predominante no Ensino Superior à época, estendendo-se por um longo período, até o início da democratização política, com o fim da ditadura militar, momento em que se intensificam os debates pela democratização do acesso à educação superior e em que se sistematiza a discussão sobre a assistência estudantil (DUTRA; SANTOS, 2017).

A segunda fase inicia-se em 1987, com a criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), que teve importante papel na luta pelo reconhecimento da assistência estudantil como política (KOWALSKI, 2012). Em 1988, é promulgada a Constituição Federal, que determina em seu artigo 6º que o direito à educação e à assistência aos desamparados é um direito social (BRASIL, 1988). Outrossim, esses direitos estão mencionados em outros artigos da Lei Maior, como exemplo o artigo 206, inciso I: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, *on-line*). Reafirmando o que consta na Constituição Federal de 1988, a LDB, Lei 9.394/1996, reforça a importância da assistência estudantil ao considerar, no artigo 3º, que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

A luta pela implementação da assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deu-se através do empenho, principalmente, de entidades como o Fonaprace e do movimento estudantil, organizado pela UNE (DUTRA; SANTOS, 2017; NASCIMENTO, 2013; KOWALSKI, 2012). Sob influência do Fonaprace, em 10 de janeiro de 2001, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), constando a incorporação da proposta apresentada pelo Fonaprace para assistência estudantil.-

Após anos de discussões e movimentações para a implantação de um programa nacional de assistência estudantil, em 12 de dezembro de 2007, o MEC instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, através da Portaria Normativa nº 39, sendo considerado um marco na

história do Fonaprace (FONAPRACE, 2012). A referida portaria foi implementada no ano de 2008, sendo o programa executado e financiado pelo MEC e destinado apenas aos estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais das IFES.

A criação do Pnaes, para Kowalski (2012), marcou o início da terceira fase da história da assistência estudantil no Brasil. O Pnaes foi instituído, inicialmente, pela portaria normativa nº 39/2007 e, apenas em 2010, foi regulamentado por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho. Em 2011, a Secretaria Profissional e Tecnológica/MEC, através do Ofício Circular nº 42/2011, recomendou que os Institutos Federais (IFs) elaborassem regulamentação específica para o acesso dos vários segmentos de discentes de origem popular (MEC, 2011), sendo estabelecidos recursos orçamentários específicos para a rubrica de assistência estudantil nos IFs.

Na conjuntura sociopolítica em que o Pnaes foi instituído no Brasil, a educação superior vinha sofrendo um processo de reforma alicerçado, principalmente, no destaque dado ao “discurso da democratização”, acompanhada de um conjunto de políticas de expansão das universidades e de ampliação e democratização do acesso e permanência no Ensino Superior, através de programas como o sistema Enem/Sisu¹, o Reuni², e a Lei de Cotas³ (DUTRA; SANTOS, 2017), bem como a criação dos IFs, através da Lei nº 11.892/2008, que oferta diferentes modalidades de ensino.

Com esses programas de democratização do ensino superior, o perfil dos discentes é alterado, há maior rotatividade de estudantes nas Ifes, vagas no ensino superior e mobilidade acadêmica. Com isso, foram necessárias ações de monitoramento das taxas de retenção e evasão, sendo que a assistência estudantil passa a ocupar uma função essencial para o atingimento das metas de expansão em desenvolvimento da educação pública (NASCIMENTO, 2013).

Todavia, alguns autores apresentam críticas ao modo como a assistência estudantil foi concebida. Souza (2017), por exemplo, faz críticas à função da assistência estudantil de combater a evasão, pois entende que a política é implementada com o vício de atender às demandas emergenciais e de conferir ações para uma finalidade já estabelecida, “quando estas podem ir muito além se a insuficiência financeira, antes de ser considerada causa de evasão, constituir-se em medida de permanência” (SOUZA, 2017, p. 171). Para a autora, o Estado tem uma dívida com a classe trabalhadora e deve saldá-la oferecendo uma educação de qualidade e gratuita, sendo a assistência estudantil mais uma ação para atender o conjunto de direitos dessa classe.

Para Nascimento (2012, p. 23), o Pnaes é orientado pelo discurso neodesenvolvimentista, baseado na “lógica dos mínimos sociais”, sob a alegação de expansão da quantidade de usuários, mas sem considerar a qualidade dos serviços ofertados, prevendo “maiores resultados à custa de menores investimentos e a forma como a política se estrutura caminha na lógica das políticas pobres para os pobres!”.

1 O Sistema de Seleção Unificada é o sistema informatizado do Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio.

2 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

3 Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

A política de assistência estudantil apresentou um grande avanço para educação, principalmente superior, no Brasil. Todavia, a existência da política, por si só, pode trazer a falsa ideia de que as necessidades da população estão sendo atendidas. Contudo, tais políticas por vezes estão alinhadas para resolver os problemas estruturais gerados pelo sistema capitalista e não os reais problemas das desigualdades sociais. Desse modo, há, muitas vezes, uma falsa impressão de atendimento (XAVIER; SANTOS; MATHIAS, 2017). Nessa lógica, apesar dos avanços, a política esbarra em problemas estruturais.

Por outro lado, cabe observar que as políticas são construídas em um processo cíclico, marcado por lutas entre projetos sociais com interesses antagônicos, que emergem de uma contínua interação entre contextos, textos, discursos e práticas (BALL, 1997). Assim, no desenvolvimento da política de assistência estudantil, compreende-se que, no contexto da prática, nas instituições de ensino, a política é reinterpretada, recontextualizada e traduzida pelos diferentes agentes, de modo a adequá-las às suas necessidades concretas. Nesse sentido, analisar o PAE do IFC, a partir da percepção dos servidores que atuam nas comissões nos diferentes *campi*, torna-se relevante para a compreensão do modo como esta política nacional tem sido apropriada em diferentes contextos institucionais, possibilitando perceber os limites, desafios e possibilidades para concretização de seus objetivos.

O Pnaes nos Institutos Federais adquire uma configuração específica de funcionamento, seja pela organização e funcionamento, seja pelo público que atende, diferenciando-se de outras instituições, sobretudo das Instituições Federais de Ensino Superior, por atender também estudantes do ensino médio. Lima e Marran (2013) observam que há uma reinterpretação ou resignificação dos profissionais que desempenham um papel ativo no processo de implementação das políticas públicas voltadas à educação.

A educação profissional no Brasil tem início com um viés assistencialista, destinada às classes proletárias e posteriormente, em razão da industrialização dos processos de produção, passa a ter *status* de formação profissional e de preparação para o trabalho dos operários das fábricas e, atualmente, é equiparada à graduação, em nível tecnológico (SCHENKEL, 2012; RAMOS, 2014). Desde o seu surgimento, no início do século XX, é marcada pela dualidade, ou seja, a diferenciação entre o ensino ofertado às elites e o ofertado para os cidadãos que vivem do trabalho, os menos favorecidos financeiramente. Todavia, é importante compreender que essa dualidade na esfera educacional não é provinda da escola, e sim da sociedade cindida em que vivemos (MOURA, 2013).

Na busca por dirimir essa dualidade e alcançar uma formação humana, integral e omnilateral, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei Federal nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008. Dentre os Institutos criados em 2008, nasce também o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, que é o *locus* desta pesquisa. Atualmente, o IFC possui 15 *campi* distribuídos pelo estado de Santa Catarina nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, e a Reitoria, instalada na cidade de Blumenau.

Para Brum (2019), a política de constituição dos Institutos Federais é uma política de Estado, criada com o intuito de promover o desenvolvimento local e regional, a verticalização do ensino e a inclusão social, entre outros fundamentos, representando um importante acontecimento na política de valorização da educação profissional e tecnológica e redução da dualidade histórica existente nesta modalidade de ensino.

Nesse mesmo sentido, Pacheco (2015) observa que um dos objetivos basilares dos Institutos Federais é desmantelar os entraves existentes entre o ensino técnico e o científico, combinando trabalho, cultura e ciência no prisma da emancipação humana. O autor afirma, ainda, que a educação profissional e tecnológica é uma política pública, principalmente em virtude do seu engajamento com o todo social, contribuindo não apenas com o desenvolvimento econômico e tecnológico do País, mas também fortalecendo o processo de introdução de milhões de brasileiros em uma educação cidadã. Considera-se que a assistência estudantil visa a contribuir nessa inserção cidadã, auxiliando os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica a se manterem estudando, proporcionando uma educação de qualidade e com condições de permanência, buscando também contribuir para “um empoderamento educacional que é tido como direito e não benesse” (SOUZA, 2017, p. 23).

Metodologia

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, é um estudo de caso, que teve como objetivo analisar o PAE do IFC a partir da percepção dos servidores participantes das comissões do Programa de Auxílios Estudantis dos 15 *campi* do IFC. Segundo o Censo Interno, de setembro de 2019, o IFC tinha 14.333 estudantes matriculados, entre cursos técnicos, ensino médio integrado e ensino superior (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2019a). No que se refere ao programa de auxílios estudantis, naquele ano, 3.375 estudantes foram atendidos pelos editais do PAE. Além disso, foram atendidos 795 estudantes pelos editais de jogos estudantis. O orçamento total gasto com auxílio financeiro de assistência estudantil, em 2019, foi de R\$ 8.364.936,00, sendo R\$ 779.435,00 a mais que no ano de 2018 (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2019c).

A coleta de dados ocorreu através de questionário *on-line*, enviado por *e-mail* a todos os servidores citados nas portarias de comissões de 2020, o que totalizou 102 servidores, nos meses de outubro e novembro de 2020. Como amostra ideal, entendeu-se necessário que pelo menos um servidor por *campus* respondesse ao questionário. Ao todo, foram obtidas 34 respostas, ou seja, 33% de retorno, tendo sido a amostra alcançada, com o mínimo de um respondente por *campus*.

O questionário aplicado era composto por nove questões, sendo 5 questões abertas e 4 questões fechadas. As duas primeiras relacionavam-se à identificação do *campus* e à função do(a) respondente dentro do IFC. As perguntas seguintes referiam-se à comissão de PAE: tempo de atuação do(a) servidor(a) na comissão; forma de escolha dos membros e a demanda de serviço. Também se questionou sobre a comunicação da comissão com os estudantes e as dúvidas mais frequentes sobre os editais reportada pelos estudantes. Por fim, foram abordados os desafios e

dificuldades que os servidores observavam na assistência estudantil, principalmente com relação ao PAE do IFC.

Os dados foram analisados e interpretados através de análise descritiva, por meio da qual, nas perguntas fechadas, buscou-se descrever o que foi respondido pelos servidores e também as tendências de respostas dadas. Nas perguntas abertas, as respostas foram categorizadas conforme conteúdo/temas que mais se manifestaram nas respostas por meio de análise textual, tendo como parâmetro a análise de conteúdo de Bardin (1977), em que há as fases de pré-análise dos dados, exploração desse material e, por fim, sua interpretação. Nos resultados e discussões, apresentam-se passagens de respostas dos servidores, identificados pela letra R (respondente) seguido de numeração conforme ordem de respostas recebidas.

Resultados e discussões

Os resultados desta pesquisa são baseados nas 34 respostas dadas ao questionário enviado via *e-mail* aos servidores participantes das comissões de PAE do IFC. O questionário aplicado visa a contribuir para uma avaliação parcial sobre o PAE e a política de assistência estudantil no IFC e não tem a pretensão de avaliá-los em sua totalidade. Entende-se que a avaliação na área da educação deve ser visualizada como uma questão ampla, pública, que contribua ao debate crítico e não apenas técnico (SOUZA, 2009), podendo ser uma ferramenta para fortalecer as políticas sociais em um cenário de recursos cada vez mais limitados.

Os *campi* do IFC com maior número de respondentes, quatro servidores cada um (11,76%), foram Concórdia, Camboriú e São Francisco do Sul. Quanto ao perfil profissional desses respondentes, a maioria, 32 servidores (94,11%), são técnico-administrativos em educação – TAE, sendo assistente social (23,52%), assistente de aluno (20,58%) e técnicos em assuntos educacionais (17,64%) os cargos mais mencionados, ou seja, há equipes multidisciplinares atuando nos *campi*. Observou-se que grande parte dos servidores que compõem as comissões fazem parte do setor do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE) do respectivo *campus*. Apenas dois servidores respondentes são docentes (5,88%).

A importância das equipes multiprofissionais é observada por Taufick (2013), que defende que estas devem ser fortalecidas nos *campi* e que a assistência estudantil transpassa a ação social, abrangendo também ações pedagógicas, de saúde e orientação vocacional, pois a assistência não é apenas financeira; é necessária uma estrutura de servidores com especialidades em várias áreas, para que os estudantes tenham uma rede de apoio. A autora recomenda formar parcerias com outras áreas, como a da assistência social, para acompanhar a conjuntura social em que vivem os estudantes e como utilizam esses recursos recebidos. Destaque para o papel dos assistentes sociais no IFC, que, nos *campi* onde há esse profissional, ele obrigatoriamente deve fazer parte da comissão de PAE do campus (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2019b).

Em relação ao tempo de serviço nas comissões de PAE, 35,3% responderam que fazem parte da comissão há mais de 5 anos; 20,6% entre 3 e 5 anos; e 20,6% participam da comissão

há menos de um ano. A forma como são escolhidos os integrantes das comissões em cada *campus* são semelhantes, mas não são iguais, pois não há uma regra estabelecida institucionalmente. O respondente de um *campus* informou que os servidores não são consultados se gostariam de fazer parte da comissão, já o respondente de outro *campus* respondeu que normalmente são consultados. Houve respostas como “*por indicação*” (R01, 2020), “*implorando*” (R32, 2020) e “*não existe um parâmetro para a escolha dos membros, apenas que sejam do ensino*” (R26, 2020).

A expressão mais repetida sobre como são escolhidos os membros das comissões foi SISA. Ela foi mencionada em 20 respostas (58,82%), sendo quase um consenso entre os servidores/gestão dos *campi* de que deve haver, ou é normal haver, representantes desse setor na comissão. Conforme resposta de R27, é o setor que “*lida*” diretamente com os alunos, então entende-se que a cada nova portaria não há significativa alteração de membros em relação ao ano anterior.

Outra questão abordada por um respondente foi que “[...] *professores nunca participam. Os taes [Técnico-Administrativos em Educação] também, alguns colocam o nome por obrigação, mas não atuam*” (R25, 2020). Destaca-se nesta resposta a questão da divisão de trabalho entre docentes e não docentes. Como o trabalho nas comissões de PAE é mais administrativo, os seus membros são em sua maioria TAE. Todavia, a participação dos docentes seria importante nas comissões, por terem contato mais próximo com os estudantes. O não comprometimento de alguns servidores com o trabalho nas comissões denota que a importância desse programa talvez não seja compreendida por quem atua nessas comissões.

A conclusão do questionamento sobre o trabalho das comissões ser realizado por demanda ou o ano inteiro foi indeterminada, pois 52,9% responderam trabalhar durante todo o ano e 41,2% responderam trabalhar apenas por demanda na comissão. Sobre tal resposta, pode-se inferir algumas hipóteses, como: alguns servidores trabalham mais do que outros; cada *campus* tem uma maneira diferente de trabalhar; há servidores que trabalham apenas quando convidados. Um respondente colocou a observação de que: “*Alguns membros trabalham o ano inteiro, como a Comissão não é permanente, essa questão vai depender do servidor que comporá a Comissão*” (R09, 2020), ou seja, será conforme o comprometimento do servidor.

Outro aspecto importante de desenvolvimento da política diz respeito ao acesso às informações por parte dos estudantes, que ocorre sobretudo por meio dos editais. Sobre a divulgação dos editais de PAE aos discentes, 100% responderam que são comunicados através do *site* do IFC; 97,1% por meio dos murais nos corredores; e 94,1% responderam que também são divulgados diretamente nas salas de aula. As mídias sociais *Facebook* e *Instagram* do IFC foram marcados por 64,7% e 52,9% dos respondentes, respectivamente. Identifica-se a importância dos aplicativos e ferramentas *on-line* para a comunicação com os estudantes, que se torna ainda mais necessária com a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia do novo coronavírus.

Quando questionados sobre as estratégias que poderiam ser utilizadas para aperfeiçoar a comunicação do PAE com os estudantes, os servidores citaram sugestões como: vídeos explicativos (como passo a passo das inscrições, por exemplo – 8,82%); focar mais nas mídias sociais mais acessadas pelos estudantes (5,88%); incentivar a utilização do Sistema Integrado de Gestão de

Atividades Acadêmicas – Sigaa (14,7%); realizar reuniões com estudantes, pais e/ou líderes de turma para esclarecer dúvidas a respeito do PAE (20,58%), entre outras sugestões citadas com menos frequência. Três servidores entendem que não há questões a serem melhoradas (8,82%).

Um ponto levantado por alguns servidores é o comprometimento dos estudantes, como é possível verificar nas seguintes respostas: “*Uma consideração a esse ponto não é a questão da comunicação e sim o estudante se responsabilizar em acompanhar os prazos é [o] grande problema*” (R09, 2020); “*o problema que se pontua nos editais é a falta de leitura do mesmo pelos candidatos ao PAE*” (R27, 2020) e “*os interessados deveriam se interessar mais*” (R16, 2020). A partir dessas respostas, observa-se um problema que se repete em mais de um *campus*, indicando a necessidade de se buscar alternativas para aperfeiçoar a comunicação com os estudantes, a compreensão sobre o PAE, os editais e sua função.

As dúvidas mais frequentes dos discentes sobre o programa, segundo os servidores respondentes do questionário, dizem respeito à documentação necessária para se inscrever no edital e sobre o edital. Esses dois pontos foram mencionados por 70,58% e 17,64% dos servidores, respectivamente. Os documentos que mais geram insegurança por parte dos estudantes são os relacionados à renda familiar (35,29% dos servidores mencionaram essa dificuldade). E na questão do edital, refere-se à leitura dos editais por parte de alguns estudantes e à linguagem usada no edital, ou seja, dificuldade de interpretá-lo e compreendê-lo. Um servidor observa que o “*edital é feito para o auditor, não para o aluno entender*” (R12, 2020). Ou seja, apesar de ser fundamental maior esforço por parte de alguns estudantes na leitura dos editais, identifica-se também a necessidade de alterar o modelo (linguagem, *layout*) dos editais publicados.

Sobre as dificuldades enfrentadas pela assistência estudantil no IFC, em especial pelo PAE, as seguintes respostas foram apontadas pelos servidores: recursos orçamentários insuficientes para a demanda existente (11,76%); pandemia do novo coronavírus (5,88%); dificuldade na interpretação do edital (14,7%); trabalho da comissão do PAE (excesso de trabalho ou falta de comprometimento – 26,47%); ausência de um sistema informatizado a serviço do PAE (14,7%); incompreensões sobre o programa (11,76%); prazos (11,76%); acompanhamento dos estudantes (11,76%); burocracia (20,58%); e identificação de alunos carentes (5,88%).

Com relação aos recursos orçamentários, um dos respondentes escreveu que a cada ano o valor destinado ao PAE vem diminuindo, e outro servidor que uma das maiores dificuldades se encontra:

Em lidar com especificidades que existem dentro de uma sociedade cada vez mais desigual. Futuramente esses vestígios da desigualdade social que já vivenciamos creio que irão aumentar devido a atual pandemia que estamos passando e se não tivermos um governo que compreenda a importância da assistência estudantil estaremos fadados a números/índices muito mais alarmantes sobre evasão escolar no IFC (R27, 2020).

Além da descontinuidade da política de assistência, o respondente acima e outro servidor também mencionaram a pandemia em sua resposta, expondo que essa situação dificultou o contato direto com os estudantes. Isto denota a importância da presença física nas relações, pois dúvidas podem ser mais facilmente sanadas. Além disso, o número de estudantes que podem

passar a necessitar da assistência estudantil por conta da crise causada pela pandemia será um problema com o qual as instituições precisarão lidar nos próximos anos.

A participação dos integrantes das comissões de PAE também foi reportada como dificuldade/desafio: “*não participação da comissão do PAE*” (R25, 2020); “*falta de compreensão dos servidores de que o PAE não é um Programa exclusivo das assistentes sociais [...] Falta de profissionais e excesso de demanda*” (R6, 2020); “*insegurança jurídica da comissão*” (R12, 2020); insuficiência de “*recursos humanos*” (R33, 2020); falta de leitura dos editais por parte de alguns membros e “*grande demanda de trabalho nos dias de entrega de documentos*” (R02, 2020).

Isto posto, constata-se que há questões a serem revistas com relação ao trabalho das comissões. Observa-se que as maiores dificuldades são a falta de engajamento de alguns servidores, a falta de pessoal e a excessiva demanda de trabalho. Algumas dessas questões poderiam ser amenizadas ou solucionadas por meio de um sistema informatizado para gerir o trabalho da assistência estudantil. Servidores relatam dificuldades nessa área, pois há retrabalho, em razão de que documentos já apresentados na matrícula precisam ser apresentados novamente para participação no edital, o que, caso houvesse um sistema unificado, não aconteceria. Um sistema informatizado traria, também, mais celeridade ao processo de trabalho, que beneficiaria o cumprimento dos prazos a serem observados, estipulados no edital (outra dificuldade apontada pelos respondentes).

De acordo com Cavalheiro (2013, p. 228), “[...] a utilização de ferramentas computacionais vêm para qualificar a ação profissional, principalmente no que se refere ao arquivamento de informação e à sistematização dos dados e, ainda, do perfil dos estudantes e da gestão de programas”. A autora refere-se, nesta passagem, aos profissionais do Serviço Social, que poderão utilizar esses recursos de forma crítica e competente, podendo beneficiar de forma equivalente os demais servidores que atuam nas comissões de PAE.

A falta de compreensão sobre o programa por parte de servidores, alunos e responsáveis é um dos desafios apontados. Uma das respostas apresenta que é necessário “*(Re)conhecer o que de fato representa a política de assistência estudantil no contexto mais geral e da rede [profissional e tecnológica de educação]*” (R07, 2020). Esse “(re)conhecimento” por parte dos servidores e estudantes, logo que entram na instituição, contribuiria para a compreensão e fortalecimento da política de assistência estudantil, do PAE e seu processo.

O acompanhamento dos estudantes atendidos pelo PAE, segundo consta no edital, deve ser realizado anualmente em uma amostra de 10% dos estudantes contemplados. Devem ser analisadas questões como revisão do perfil socioeconômico, verificação da frequência e matrícula dos estudantes contemplados pelo programa (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, 2020). A dificuldade relatada pelos servidores para que esses itens sejam atendidos é o número de alunos e a falta de recursos humanos para atender à demanda, bem como “*professores que não comunicam excesso de faltas, professores que abonam faltas, alunos que desaparecem sem dar satisfação*” (R18, 2020).

As dúvidas que os estudantes mais reportam aos servidores referem-se à documentação necessária para participar dos editais do PAE, reforçando que a burocratização do programa é um

dos problemas que mais se destaca na fala dos pesquisados. Além disso, cabe considerar que, muitas vezes, os estudantes mais carentes são os que possuem mais dificuldades com a documentação, o que gera obstáculos para identificá-los, conforme exposto por alguns servidores respondentes. Este fato mostra os limites da política no atendimento dos estudantes mais vulneráveis, o que, por sua vez, contribui para exclusão daqueles que mais necessitam da política no interior do próprio sistema de ensino, por conta de dificuldades de ordem simbólica-subjetiva, conforme já denunciado por Bourdieu e Champagne (1998) sobre os “excluídos no interior” dos sistemas de ensino.

Considerações finais

Por meio desta pesquisa, observou-se que o fluxo de trabalho realizado pelas comissões do PAE é semelhante nos *campi*, em razão de ser o mesmo edital para todo o IFC, mas há questões que não são institucionalizadas, como a escolha dos componentes das comissões, o modo de divulgação dos editais e a abordagem dos servidores com os estudantes. Os servidores apresentaram ainda estratégias de aperfeiçoamento da comunicação dos assuntos relacionados ao PAE com os estudantes, que são possíveis de serem implementadas.

Os desafios e dificuldades enfrentadas pelas comissões foram as questões em relação às quais os membros das comissões mais trouxeram contribuições no questionário, destacando a escassez de recursos orçamentários para atender a todos os estudantes que precisam do PAE, mas que não pode ser diretamente resolvida pelos servidores, o que mostra as limitações da política e suas contradições.

Diante disso, é necessário fortalecer, assim como defende Souza (2017), uma vinculação arraigada entre a assistência social e a educação, por se entender que não é apenas acesso a bens e serviços que se busca com a assistência estudantil, e sim a expansão da educação como uma política social, e não como mera mercadoria. Sob esta perspectiva, cabe manter uma postura atenta diante dos processos de inclusão e exclusão produzidos pela própria política no interior das instituições.

Outro desafio que se destacou foi a falta de comprometimento por parte de alguns servidores que fazem parte das comissões. Entende-se que os servidores são peças-chave no desenvolvimento do PAE, e mantê-los engajados e capacitados é fundamental para a efetividade do programa. Como observa Pacheco (2015, p. 49), “a norma é insuficiente para substituir o caldo cultural da tradição, carregado de significações que os sujeitos institucionais utilizam como ferramentas para a vida institucional”. Nesta passagem, o autor referia-se aos servidores oriundos das antigas escolas agrotécnicas, que trazem consigo algumas antigas práticas, mas tal observação pode ser ampliada a todos os servidores: apenas as normas da instituição não são suficientes para fazê-los ter determinada conduta desejada.

Assim, pode-se inferir que, no processo de recontextualização da política de assistência estudantil no IFC, aspectos não planejados no contexto mais amplo, e muitas vezes banais, interferem no fluxo e nos processos de desenvolvimento da política e precisam ser planejados

pela instituição, tais como a capacitação dos servidores; o desenvolvimento de um sistema informatizado; a facilitação no acesso à informação por meio de editais mais compreensíveis e a desburocratização. Estas são algumas ações que auxiliariam no aperfeiçoamento do programa.

Referências

- BALL, Stephen J. **Educational reform: a critical and poststructural approach**. Buckingham: Open University Press, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa-POR: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217-227.
- BRASIL. [Constituição Federal (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 9 ago. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 9 ago. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 ago. 2020.
- BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 27 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 nov. 2019.
- BRUM, Mariluce Barcellos. **Políticas públicas no âmbito do IFFar: o ensino técnico integrado ao ensino médio a partir do discurso dos egressos**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Farroupilha, Jaguarí, RS: [s. n.], 2019.
- CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**. 256 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362017000100148&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 ago. 2020.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU; ANDIFES, 2012.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Editais n. 04/2020** - Programa de Auxílios Estudantis - PAE. Blumenau, 2020. p. 1-11. Disponível em: <https://estudante.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/31/2020/02/Editais-n%20ba-04.2020-Reticado-em-04.08.2020.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Pesquisa Institucional – Censo Interno** - Data de referência: 30/09/2019. Blumenau, SC, 2019a. Disponível em: <https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Censo-Interno-Setembro-2019-2.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Portaria Normativa nº 3**, de 19 de fevereiro de 2019. Regulamenta a instituição da Comissão do Programa de Auxílios Estudantis – PAE nos *campi*. Blumenau, SC, 2019b. Disponível em: <https://estudante.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/31/2019/02/Portaria-Normativa-n-3.2019-e-seu-anexo.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Relatório de Gestão Exercício 2019**. Blumenau, SC, 2019c. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/01/RELAT%20RIO-DE-GEST%20DO-IFC-2019.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Paulo Gomes; MARRAN, Ana Lúcia. A avaliação de políticas educacionais por meio da abordagem teórico-analítica do ciclo de políticas. **Práxis Educativa [on-line]**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 42-64, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89427917003.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Ofício Circular nº 42/2011/GAB/SETEC/MEC**. Assunto: Assistência Estudantil – complementação de orientações contidas no ofício circular n. 21/2011. Brasília, DF: MEC, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 705- 720, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Estado autocrático burguês e política educacional no Brasil: contribuições ao debate sobre a assistência estudantil nas IFES. **Revista SER Social**, Brasília, DF, v. 14, n. 30, p. 8-27, jan./jun. 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12823.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

NASCIMENTO, Clara Martins. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wpcontent/uploads/2016/05/Hist%c3%b3ria-e-pol%c3%adica-daeduca%c3%a7%c3%a3oprofissional.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Gestão ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado**. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13630>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SILVA, Aparecido Portela da. **Impacto de políticas públicas de assistência estudantil nos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO – Campus Vilhena**. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Assessoria de Administração) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2019.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. **Na travessia: assistência estudantil da educação profissional. As interfaces das políticas de assistência social e educação**. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

SOUZA, Lenara Guimarães de. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. *In*: LORDÊLO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (org.). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 17-30.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **A avaliação da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais para o PROEJA**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

XAVIER, Eloisa Diehl Bigaran; SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; MATHIAS, Mercia Santana. O papel da memória da sociedade na construção de políticas públicas educacionais. *In*: LIMA, Paulo Gomes (org.). Estado e políticas educacionais: leituras e discussões. **Ensaio**

Pedagógicos, Sorocaba, v. 1, n. 1, p. 17-25, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/3>. Acesso em: 24 fev. 2021.